

PSICOLOGIA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

SCHOOL PSYCHOLOGY: REFLECTIONS ON THE CHALLENGES IN PROFESSIONAL PRACTICE

Pedro Antonio Borges Silva¹
João Camilo Souza Junior²

RESUMO: O presente artigo intenta discutir a atuação da Psicologia Escolar no atual cenário da escola pública, refletindo e problematizando determinados aspectos e atuações ligados direta ou indiretamente em seu cotidiano. Nesse sentido, o texto pretende suscitar reflexões críticas acerca do trabalho das (os) psicólogas (os) nesse ramo, utilizando como ferramenta de pesquisa a análise bibliográfica como método, e se respaldando nos pressupostos teóricos desenvolvidos por pensadores e esferas de saberes relacionados a área. O artigo parte da investigação dos aspectos históricos que marcaram a trajetória no campo da Psicologia Escolar, revisando as práticas e modelos de atuação, a formação acadêmica do discente do curso de Psicologia, bem como a constituição das barreiras que dificultam a inserção profissional e prática nas instituições escolares. Defende-se com o auxílio da literatura a ideia de que é importante a elaboração de pesquisas, revisões, projetos e questionamentos nesse campo, haja vista a complexidade dos campos da Educação e da Psicologia, debates que possuem o intuito de possibilitar o avanço científico. Por fim, conclui-se a necessidade de se desenvolver relações horizontalizadas e humanizadas, se aproximando da equipe e tentando conquistar seu espaço na instituição escolar.

Palavras-chave: Psicologia escolar e educacional; Revisão bibliografia; Atuação do psicólogo escolar;

ABSTRACT: This article intends to discuss the performance of School Psychology in the current public school scenario, reflecting and problematizing certain aspects and actions directly or indirectly linked to their daily lives. In this sense, the text intends to raise critical reflections about the work of psychologists in this field, using as a research tool the bibliographical analysis as a method, and based on the theoretical assumptions developed by thinkers and spheres of knowledge related to the field. The article starts from the investigation of the historical aspects that marked the trajectory in the field of School Psychology, reviewing the practices and models of performance, the academic formation of the Psychology student, as well as the constitution of the barriers that hinder the professional and practical insertion in the school institutions. It is defended with the help of literature the idea that it is important the elaboration of researches, reviews, projects and questions in this

¹ Graduando em Psicologia – UNIFUCAMP. E-mail: pedroborges115@gmail.com.

² Mestre em Psicologia – UFU, Campus Umuarama. E-mail: joao_camilo17@hotmail.com.
Cadernos da Fucamp, v.19, n.37, p.45-59/2020

field, considering the complexity of the fields of Education and Psychology, debates that have the intention to allow the scientific advance. Finally, it concludes the need to develop horizontal and humanized relationships, approaching the team and trying to conquer their space in the school institution.

Keywords: Educational and school psychology; Bibliographic analysis; Performance of the school psychologist;

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação é uma prática que em seu cerne almeja transmitir cultura, valores, saberes e humaniza o sujeito, sendo essencial para a construção de cidadania de um país (ANTUNES, 2008). Entretanto, para que tal ensejo se concretize, é necessário a participação de vários atores e saberes. Há anos, a Psicologia Escolar vem analisando a sua atuação frente à educação, refletindo-se, nesse sentido, sobre a necessidade de uma atuação que adote um compromisso ético e social em prol do desenvolvimento humano; e, para tal, faz-se mister conhecer e problematizar a realidade existente no atual cenário do país (ANDALÓ, 1984; BOCK, 1999; GUZZO, 2005; MARTÍNEZ, 2010; PATTO, 1992).

A relevância deste trabalho consiste, dessa forma, na tentativa de compreender melhor as possibilidades da atuação do psicólogo no cenário escolar. Entende-se que é de natureza fundamental construir uma formação que abranja a compreensão e atuação contextualizada com a realidade sociocultural, de modo que se abarque melhor os problemas de aprendizagem, as relações entre aluno, família, escola e demais indivíduos envolvidos, dentre aspectos de outras naturezas que tendem a se inter-relacionar na rotina institucional. Sendo assim, a problematização do tema trata-se de uma forma de possibilitar maior entendimento, visando contribuir para uma formação e prática cidadã, ética e compromissada com a sociedade. Portanto, este estudo pretendeu compreender questões como: o que encontramos no universo da psicologia escolar? Quais aspectos estão implicados na formação, atuação e inserção nesse campo?

Para tanto, utilizou-se como método de estudo a análise bibliográfica. Os artigos e livros selecionados abrangem estudos e publicações ligadas à área da Psicologia, Educação e demais campos de saberes que dialogam com a esfera da Psicologia Escolar e Educacional. A escolha dos materiais se sucedeu pela filtragem de instrumentos que foram considerados

relevantes para contextualizar de modo crítico o desenvolvimento da temática proposta inicialmente.

Buscando respostas satisfatórias ou mesmo para gerar questionamentos e hipóteses relevantes sobre o tema, o estudo foi estruturado nas seguintes diretrizes: (1) investiga-se, com base em um recorte datado a partir do século XIX, os pressupostos históricos das políticas implícitas na escola e também na atuação da Psicologia escolar; (2) analisa-se determinadas práticas e modelos atuais, bem como a própria formação acadêmica do estudante de Psicologia; (3) reflete-se sobre alguns aspectos cotidianos e desafios encontrados nas interações entre os atores escolares, (4) por fim, desvela-se a necessidade de se desenvolver relações horizontalizadas e humanizadas, se aproximando da equipe e tentando conquistar seu espaço na instituição escolar.

2. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

2.1 O que temos de legado histórico?

Segundo Foucault (1979), a partir do século XIX, a política vigente percebeu a necessidade da manipulação do biopoder para controle do Estado e da população. Nesse sentido, a classe dominante almejou estratégias de contenção de possíveis revoltas da classe proletária, utilizando, para tanto, ferramentas, como por exemplo, a educação moral higiênica realizada nas instituições escolares, principalmente na escola primária, estrutura genuína de controle, vigilância, coerção e proibições. Promoveu-se, dessa forma, uma relação hierarquizada, a qual sustentou uma diferença de poderes.

Ainda de acordo com Foucault (1979), a articulação complexa entre as instituições – família, escola, justiça, medicina, entre outras estruturas – perpetuou o sistema social vigente. Nesse sentido, as instituições se complementaram, ramificaram e se mantiveram por meio de relações de poder e saber, que, por sua vez, exerceram controle e dominação da burguesia sobre o restante da sociedade a partir de estratégias como punição, repressão e censura.

Nessa feita, como pontua Bock (1999), Guzzo (2005) e Freire (1967), corroborando aos interesses políticos e financeiros, as instituições de ensino se caracterizaram como espaços intimamente ligados as mais explícitas formas de exclusão, seja pelo fato de evidenciar desigualdade nos inúmeros aspectos, desde o acesso até a manutenção de um

ensino de qualidade, de certo modo atrelada aos moldes de interesses por excelência elitistas, criando sujeitos adaptados e ajustados à semelhança da classe dominante.

Como enfatiza Freire (1967):

A própria posição da nossa escola, de modo geral acalentada ela mesma pela sonoridade da palavra, pela memorização dos trechos, pela desvinculação da realidade, pela tendência a reduzir os meios de aprendizagem às formas meramente nocionais, já é uma posição caracteristicamente ingênua (p. 95).

No cenário social nacional, em detalhe, os pressupostos históricos apontam que as práticas disciplinadoras excessivas com o advento da militarização, além da massiva moralização das instituições no século XX não possibilitou a geração de debates e discussões importantes dentro das escolas brasileiras (CREPOP, 2013).

Em sua proposta, a participação da Psicologia na educação também esteve marcadamente atrelada a práticas disciplinadoras e métodos adaptacionistas para as crianças com dificuldades de aprendizagem. O imaginário social constituiu a visão de que o psicólogo se trata daquele profissional que realizaria diagnósticos e desenvolveria ações pontuais por meio da oferta de tratamento, ou seja, atendendo alunos com dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais e/ou comportamentais (MATÍNEZ, 2010; ANDALÓ, 1984; MALUF; CRUCES, 2008; ANTUNES, 2008). Nesse sentido, como articula Andaló (1984), as reclamações e queixas frequentemente encontradas na escola referem-se a problemas de comportamento e aprendizagem, tais como: agitação, inquietação, hiperatividade, agressividade, desinteresse, bem como dificuldades de manejo e convívio entre professores e alunos.

Dessa forma, propôs-se um modelo clínico psicopatológico para a lida do psicólogo na escola, o que confirma a culpabilização do aluno por comportamentos não adaptados na escola ou por dificuldades no processo de aprendizagem. A hierarquia mais uma vez se confirma, e, nesse sentido, a escola fica ileso de qualquer responsabilidade em relação aos entraves na educação. Portanto, Martínez (2010), sobre a atuação do psicólogo, afirma da seguinte forma:

Sua atuação se associa frequentemente ao diagnóstico e ao atendimento de crianças com dificuldades emocionais ou de comportamento, bem como à orientação aos pais e aos professores sobre como trabalhar com alunos com esse tipo de problema. Essa situação é resultado do impacto do modelo clínico terapêutico de formação e atuação dos psicólogos no Brasil na representação social dominante sobre a atividade desse profissional (p. 40).

Em suma, pode-se perceber, como o auxílio dos autores referenciados, a utilização da Psicologia no espaço atendendo a interesses políticos que contribuíram para o enraizamento de práticas segregacionistas. Portanto, analisa-se agora se tal configuração permanece atualmente.

2.2 As portas da escola se abriram?

Em uma pesquisa referente a atuação de psicólogas (os) em Políticas de Educação Básica realizada no ano de 2009, foi constatado que apenas 1,3 % dos 302 entrevistados trabalham em rede pública do ensino (CREPOP, 2013). Tais dados estatísticos necessitam da reflexão por parte dos profissionais vinculados a psicologia. Embora os (as) psicólogos (as) sejam reconhecidas (os) por muitos membros como profissional de primordial importância dentro da instituição escolar, o mesmo ainda não está inserido no quadro de funcionários que compõe a equipe. Destacamos que as lutas e os movimentos profissionais frente ao campo das políticas públicas são de crucial necessidade para o empoderamento dos (as) psicólogo (as) na sociedade brasileira em relação às comunidades mais vulneráveis e carentes. A completa quietude e conformismo não permitirá que nos integremos a novos postos de trabalho, não trará mudanças sociais em relação às camadas mais pobres, nem mesmo gerará as devidas transformações necessárias para que consolidemos a psicologia como uma ciência e profissão de qualidade que visa o desenvolvimento, bem-estar e transformação do ser humano.

O que se oferece atualmente como articulação entre Psicologia e escola, é o que pontua o Projeto de Lei, n.º 3.688-E, de 2000, no qual psicólogos e assistentes sociais atendam alunos de escolas públicas que necessitem de apoio. O atendimento deve ser prestado por psicólogos ligados ao SUS e por assistentes que integram os serviços públicos.

Guzzo, Mezzarila e Moreira (2012) esclarecem, nesse sentido, que o atendimento pode ser feito nas escolas ou nos serviços públicos de saúde e assistência social. Tal fato reverbera um modelo individualista e médico para a nossa profissão. Ainda segundo as autoras, a transferência do psicólogo da saúde para a educação implica numa prática deficiente devido ao fato de o psicólogo da saúde não possuir formação que contemple uma atuação voltada para a educação e suas necessidades.

Em pesquisa promovida por Cunha e Betini (2003), destaca-se que atuação de psicólogos da Secretária de Saúde no atendimento de alunos encaminhados pela escola,

dificulta a extinção da visão individualista. Tal fato coloca o aluno como responsável pelos problemas de aprendizagem, impedindo assim que ocorra a mudança do cenário de fracasso dentro das escolas, bem como a própria multiplicação dos sentidos de atuação do psicólogo.

Cabe destacar ainda que na contemporaneidade a escola permanece desenvolvendo várias ações de forma isolada, muitas vezes esquecendo dos aspectos culturais, ignorando a realidade social, não se comprometendo com as condições de vida dos sujeitos lá existentes. A instituição universaliza e transmite saberes que não possibilitam aos seus alunos a adesão de um espírito crítico e reflexivo. Há um evidente distanciamento entre a escola e a sociedade, a aprendizagem é descontextualizada da realidade de vida dos cidadãos, não permitindo assim uma educação transformadora e compromissada no desenvolvimento do homem e do mundo (BOCK, 1999; FREIRE, 1967; GUZZO, 2005).

O fracasso escolar estaria então relacionado à premissa de colocar a responsabilidade da aprendizagem no aluno e em sua família, valorizando as patologias e dificuldades individuais. O sucesso, por sua vez, enfatiza as potencialidades em vez das limitações, e permite que diferentes alternativas sejam utilizadas para a superação e transformação, prezando pela aceitação e valorização das diferenças e diversidades humanas. O campo da Psicologia Escolar tem intencionado construir uma proposta de atuação baseada no desenvolvimento e sucesso em detrimento das ideologias que enfatizam as dificuldades e problemas de aprendizagem (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2009).

Segundo Andaló (1984), faz-se pertinente enfatizar a importância da participação do “[...] psicólogo escolar como agente de mudanças dentro da instituição-escola, onde funcionaria como um elemento catalizador de reflexões, um conscientizador dos papéis representados pelos vários grupos que compõem a instituição” (p. 46).

É necessário também justificar que a participação de outros profissionais na rotina institucional, tais como psicólogos e assistentes sociais, por exemplo, podem contribuir em termos de benefícios e realizações escolares. Em virtude dos inúmeros dilemas e desafios, vemos que o quadro de profissionais da escola vem assumindo responsabilidades gigantescas e pesadas para as quais não possuem preparo. A escola é uma das principais instituições onde os sujeitos se manifestam e se desenvolvem, nessa linha – a mesma precisa contar com recursos e estratégias que viabilizem contribuir para as condições de vida dos seus alunos. A inclusão de outros especialistas na instituição escola propõe a integração de ações potencializadoras e comprometidas com o desenvolvimento humano e a geração de um processo de ensino-aprendizagem consequentemente transformador.

Não podemos mais nos pensar como profissionais que, em consultórios particulares ou escritórios, oferecemos nossos serviços acreditando que estamos tendo alguma contribuição ou interferência para a melhoria das condições de vida. Sei que não tem sido fácil sair destes lugares, pois estamos nos centros urbanos e precisamos trabalhar. Mas não perceber as limitações sociais de nosso trabalho ou mesmo, pior ainda, camuflar isto com justificativas de que sofrimento psíquico é igual para todos (ricos e pobres) é alguma coisa que não se pode mais aceitar. Precisamos reconhecer as limitações de nossa ação profissional, pois isto já é um bom começo (BOCK, 1999, p. 323).

2.3 A formação e os modelos de atuação possibilitam novos olhares?

Em diversos momentos, segundo Andaló (1994) e Antunes (2008), a escola demanda que atuação do psicólogo na instituição esteja atrelada aos moldes clínicos, na qual o “aluno-problema” é encaminhado e ajustado e depois devolvido a sala de aula “isento de problemas”. Nesse sentido, segundo as autoras, grande parte dos sujeitos que participam do cotidiano escolar ainda possuem uma visão de que o aluno precisa se ajustar, mas tal ajuste refere-se às expectativas escolares vinculadas de certo modo ao legado histórico genuinamente elitista aderido pela nossa sociedade – alunos “modelos”: comportados, quietos, limpos, que não conversam durante as aulas, que aprendam tudo sozinhos e que venham de casa sem problemas... enfim, um tipo de aluno que não existe.

Esta tradição naturalizante do fenômeno psicológico nos jogou em uma perspectiva de profissão que sempre compreendeu nossa intervenção como curativa, remediativa, terapêutica. Temos nos limitado a ela nestes anos todos de profissão. Não é para menos que temos tido um modelo médico de intervenção (BOCK, 1999, p. 324).

Cabe advertir no presente estudo que o imaginário coletivo ainda associa a profissão do psicólogo à clínica e aos pressupostos médicos, não permitindo assim a própria multiplicação de sentidos e possibilidades de atuação desse profissional. Em relação a tentativa de reverter tal imagem tecnicista e reducionista a qual a nossa profissão esteve atrelada por longos anos, defendemos a seguinte ideia:

[...] afirmamos uma psicologia escolar comprometida radicalmente com a educação das classes populares, que supere o modelo clínico-terapêutico disfarçado e dissimulado ainda presente na representação que o psicólogo tem de sua própria ação, entendendo que a representação e, consequentemente, as expectativas que os demais profissionais da educação têm da psicologia só serão superadas pela própria prática do psicólogo escolar (ANTUNES, 2008, p. 474).

Existem diferentes modelos de atuação e os mesmos tem relação direta com a forma filosófica que o profissional enxerga o ser humano. Os modos de atuação tradicionais e emergentes se inter-relacionam de forma mútua, guardando aspectos de dependência uma da outra. Por um lado, consta a formulação de um modelo tradicional (que aliás é amplamente conhecido) e de outro, um modelo emergente, que, por sua vez, é mais amplo, contextualizado e abrange uma dimensão psicossocial que se articula às necessidades emergentes do sistema de educação (MARTÍNEZ, 2010). A postura do psicólogo na escola pode se constituir de duas maneiras: como aquele profissional que reverbera as formas de violência, exclusão e desigualdade, culpabilizando a criança, a patologia, a doença; ou como ator que visa ajudar a desvelar a realidade e propiciar um local de reflexão por meio do diálogo, autonomia e transformação da vida (GUZZO, 2005).

O campo de psicologia escolar não está ligado a um campo de saber específico, mas sim a utilização de diversos e diferentes saberes estruturados pelas diferentes áreas vinculadas à ciência psicológica. Tais campos de conhecimento possibilitam uma otimização do aspecto educativo a partir da compreensão de sua complexidade e dinâmica (MARTÍNEZ, 2010). É preciso considerar também o seguinte pressuposto:

O saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explícito e formalizado, mas esse saber inserido na práxis quotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente, e ideologicamente naturalizado, enquanto adequado ou não às realidades objetivas, enquanto humaniza ou não às pessoas, e enquanto permite ou impede os grupos e povos de manter o controle de sua própria existência (MARTIN-BARÓ, p. 15, 1996).

Nas universidades houve a preocupação com a modificação dos conteúdos curriculares do curso de Psicologia no intuito de desencadear mudanças que tentassem responder de forma mais coerente às novas necessidades de formação. A escassez da formação profissional teórica e prática no campo de Psicologia Escolar foi analisada por diferentes estudos, que mostrou a existência de atividades inadequadas nesse campo, bem como uma precariedade no que tange à realização de estágios (MALUF; CRUCES, 2008). A formação profissional permite que graduados adentrem áreas de trabalho, independente de possuírem conhecimentos teóricos e experiências práticas coerentes que justifiquem sua atuação em campo. O exercício profissional exige somente a necessidade do registro no Conselho Federal de Psicologia, e desconsidera questões como o preparo teórico e prático

do profissional, de atividades, estágios ou estudos desenvolvidos na área (GUZZO; MEZZALIRA; MOREIRA, 2012).

A psicologia vem atravessando rumo ao desenvolvimento de novas práticas e teorias, resgatando uma dívida ainda ativa com a sociedade. Tal acontecimento tem se dado devido ao questionamento das teorias e técnicas universalmente usadas e aceitas no campo científico. Atualmente partimos do princípio de não podemos mais compreender o ser humano de forma isolada e desconectada dos aspectos históricos, sociais e culturais, sendo esses últimos importantes integrantes da psique humana. A dívida histórica envolve a formação e atuação de antigos profissionais que colocaram a ciência psicológica a serviço de uma parcela privilegiada da população, o que ocasionou em práticas excludentes reforçadoras de preconceitos (BOCK, 1999; MALUF; CRUCES, 2008).

O psicólogo não pode mais ter uma visão estreita de sua intervenção, pensando-a como um trabalho voltado para um indivíduo, como se este vivesse isolado, não tivesse a ver com a realidade social, construindo-a e sendo construído por ela. É preciso ver qualquer intervenção, mesmo que no nível individual, como uma intervenção social e, neste sentido, posicionada [...] os psicólogos precisam ter clareza de que, ao fazer ou saber Psicologia, estão com sua prática e seu conhecimento interferindo na sociedade (BOCK, 1999, p. 326).

A respeito disso, podemos destacar as importantes contribuições que Patto (1992) trouxe para a área da Psicologia Escolar. A autora traz um conjunto extenso de reflexões e críticas, no sentido de gerar problematizações necessárias acerca da realidade escolar e dos desafios presentes em seu interior. A mesma discute de forma ampla as concepções alienantes e as perspectivas isoladas que produzem as patologizações, exclusões, culpabilizações e responsabilizações do aluno e de sua família, partindo da defesa de que fatores complexos e reflexos da sociedade, da cultura, da história, das políticas e ideologias sectárias contribuem para os dilemas que se apresentam no universo escolar. A Psicologia Escolar vem passando por amplas reformulações e as técnicas adaptacionistas e reducionistas, que se diziam eficientes, já não conseguem mais dar respostas e alternativas coerentes para a realidade emergente.

Freire (1967) também desenvolveu um trabalho formidável que transpõe a educação. O teórico propõe um modelo de ensino revolucionário na educação em que professor e aluno são sujeitos críticos. A aprendizagem na perspectiva do pedagogo se refere não somente aos conteúdos básicos e objetivos aprendidos em sala, mas também conhecimentos de mundo capazes de transformar a realidade de vida. A escola se insere nessa proposta como um local

onde se constrói e desenvolve conhecimento crítico e reflexivo a partir da problematização e contextualização da realidade brasileira. Em sua concepção, o saber deve ser útil em algo, promovendo a invenção, o espírito crítico, a libertação e a revolução não só no campo de ideias, mas também nas esferas sociais, transformando a realidade e as condições de vida dos sujeitos.

Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (FREIRE, 1967, p. 104).

2.4 A possibilidade de mudanças: como articular um novo saber na escola?

Segundo Oliveira e Marinho-Araújo (2009), o modelo de prevenção na atuação escolar não se refere ao ajuste de comportamentos ou substituição de padrões inadequados para aqueles tidos como adequados. Esse exemplo referido de ação se configura como uma forma de controle que padroniza atitudes e formas de ser, além de desconsiderar os aspectos sociais e históricos dos sujeitos. A ação preventiva trataria, então, de contribuições com o intuito de permitir modificações que possibilitem transformar e qualificar a escola e seus atores.

Referente ao conceito de prevenção, Bleger (2000) ressalta a ideia de que “em todos os casos, o objetivo do psicólogo no campo institucional *é um objetivo de psico-higiene*: conseguir a melhor organização e as condições que tendem a promover saúde e bem-estar dos integrantes da instituição” (p. 43). Portanto, antes de qualquer ação, deve-se promover:

[...] a aprendizagem (*learning*) que capacita a instituição a enfrentar situações e poder refletir sobre elas como primeiro passo para qualquer solução. O esquema que inicialmente se oferece ao psicólogo como causa de um problema não é, geralmente, outra coisa senão um preconceito (BLEGER, 2000, p. 44).

Analisa-se também que existe eventuais situações que ultrapassa o campo a priori estabelecido pela escola, domínios de outras ciências e campos de saberes que demandam a articulação com serviços, como por exemplo, a Assistência Social, o Sistema Único de Saúde e a Vara da Infância e da Juventude. Cunha e Betini (2003) referem às práticas compartilhadas não somente aquelas que atores participam das ações, intervenções e mudanças no contexto, mas sobretudo, as que refletem de modo crítico frente as demandas

e queixas que surgem, onde profissionais buscam juntos soluções conseguindo identificar os aspectos que definem as condições de vida dos sujeitos.

Andaló (1984) explicita um aspecto importante a esse respeito:

[...] o professor, ao entregar o seu "aluno difícil" nas mãos de um profissional tido como mais habilitado que ele para lidar com a questão, se exime da sua responsabilidade para com este aluno. Passa então a considerá-lo como um problema que não é seu e que deveria ser solucionado fora do contexto de sala de aula, que é o seu ambiente de trabalho, a saber, no gabinete de Psicologia. Na realidade, porém, a criança que apresenta dificuldades, mesmo quando atendida por outros profissionais, enquanto aluna continua sendo problema do professor e da sua turma e como tal deve ser assumida (p. 43-45).

Segundo Souza (2009), é importante entender as queixas escolares como produto de interações na escola e não como reflexo de dificuldades emocionais e, com isso, rever o próprio conceito de diagnóstico e classificação, ao passo de que tal pode delinear o rumo dos encaminhamentos e medidas tomadas, fazendo com que os indivíduos se afastem de sua condição existencial de direitos. É necessário criar articulações com clínicas-escola para atendimento de queixas escolares, bem como estabelecer diálogos e trocas entre psicólogos que atuam na área da educação com aqueles que se encontram presentes na área da saúde, a fim de possibilitar um maior entendimento do aspecto de escolarização enquanto contribuinte para a constituição integral dos sujeitos, fornecendo orientações à equipe escolar e as famílias envolvidas no seu cotidiano.

De acordo com Bock (1999), por meio dos encontros e interações geradas (seja nos corredores e nos vários espaços), bem como empregando-se dos diferentes recursos e ferramentas, conseguimos nos conectar com o outro ao passo que se trata de uma vivência produtora de sentidos, significações, reflexões e até mesmo mudanças. Acrescido a isso, defende-se a ideia de que as palavras são dotadas de significação e a linguagem expressada pode revelar significantes – medos, angústias, conflitos – e por tal natureza, as mesmas devem ser analisadas de forma minuciosa e crítica em nosso trabalho enquanto profissionais engajados em prol do ser humano e do alcance do seu bem-estar. Os instrumentos e materiais são usados de acordo com as necessidades apresentadas e com vistas nos objetivos a serem atingidos, ficando, portanto, ao critério de profissionais a escolha dos mesmos ao desenvolver sua prática. É preciso, antes de tudo, pensar sobre o que, para quê ou quem queremos de fato contribuir com tais ações:

Termos práticas terapêuticas deve significar termos práticas capazes de alterar a realidade social, de denunciar as desigualdades, de contribuir para que se possa cada vez mais compreender a realidade que nos cerca e atuarmos nela para sua transformação no sentido das necessidades da comunidade social. Assumir compromisso social em nossa ciência é buscar estranhar o que hoje já parece familiar; é não aceitar que as coisas são porque são, mas sempre duvidar e buscar novas respostas (BOCK, 1999, p. 327).

Nota-se, dessa forma, no cenário escolar uma enormidade de desafios, onde os professores e demais funcionários da escola se exaustam e sobrecarregam suas forças de ação. Percebemos professores desamparados e desvalorizados, arcando com responsabilidades que não são somente deles, mas da própria família, cultura, sociedade e políticas públicas. O ambiente de trabalho pode se tornar um grande estressor.

Tendo isso em vista, Oliveira e Marinho-Araújo (2009) chamam a atenção para que se observe a saúde do docente no cotidiano, uma vez que as consequências do *burnout* pode comprometer seu bem-estar, ocasionando prejuízos na interação com os alunos e nos aspectos relacionados ao ensino-aprendizagem. A atuação frente ao docente se diferencia da prática clínica, se trata de uma ação com viés preventivo, buscando identificar fatores que podem estar prejudicando a saúde do docente, impedindo ou dificultando sua prática de modo eficiente. A abertura de uma interlocução conduzida pelo psicólogo tem fins de promover a expansão de sentidos e ideias do professor, contribuindo para o bem-estar psíquico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de seu trabalho.

A dimensão subjetiva deve ser considerada durante a organização e execução das políticas públicas. Perceber o indivíduo no quadro sociopolítico que ele está integrado e possibilitar ações humanizadas. Os sujeitos devem ser vistos e enxergados enquanto pessoas dotadas de valores, costumes, ideologias e formas de ser e existir no mundo, que são desenvolvidas e construídas a partir da relação e interação dos mesmos com os aspectos culturais, de lutas e afetos que os cercam (CREPOP, 2008). Existe a necessidade de reflexão, problematização e questionamento por parte dos atores escolares, evidenciada na seguinte afirmação:

Não se pode compreender a Educação sem inseri-la no contexto das políticas econômicas, das políticas públicas e das políticas sociais que lhe dão suporte, sendo fundamental um cuidado especial para que essas terminologias não sejam incorporadas ao cotidiano de trabalho de profissionais, em diferentes campos, sem serem bem compreendidas, analisadas e debatidas. (CREPOP, 2013, p. 30)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que o psicólogo não deve ocupar uma posição de saber hierarquizante, é necessário estabelecer relações horizontalizadas e estreitar os vínculos, pois essa é uma das primeiras possibilidades de sermos vistos como profissionais sérios, competentes e comprometidos com os rumos da escola e educação em nosso país. É importante, portanto, que adotemos também posicionamentos flexíveis, questionadores, criativos e abertos para os dilemas que permeiam o universo escolar. O que queremos destacar é que não há uma receita para os psicólogos atuarem nas escolas. Embora exista um arsenal de teorias e referências que contribuem para o entendimento da atuação frente a esse campo, os mesmos não definem a via de regra o que deve ser feito, sendo considerados somente direções e rumos que tomados ao pé da letra se tornam demasiado generalistas.

Faz-se pertinente destacar que todos somos responsáveis pelos resultados e rumos da educação em nosso país. O que suscitamos neste debate é justamente uma tentativa de ressaltar que os diversos atores, esferas, instituições e aspectos são também devidamente responsáveis pela qualidade ou desqualificação da educação. É preciso tirar a exclusividade da trama centrada no aluno, professor e família, e integrar os agentes que até então estão ocultos e que colaboram para o cenário que vemos hoje, tais como: condições de vida, aspectos sociais, econômicos, culturais, ideológicos, atores escolares, políticos, projetos de leis, políticas públicas, entre outros.

Finaliza-se com a ideia de que é necessário cada vez mais a suscitação de revisões, debates, pesquisas, projetos e ações nesse campo, ao ponto de que a fragilidade e ignorância teórica pode nos deixar a mercê de práticas acríticas e reprodutoras de interações disfuncionais e adoecimentos. Acreditamos sobretudo no ser humano, em seu potencial e nas modificações frente à sua existência ao passo de que “o homem existe — existe — no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se (FREIRE, 1967, p. 41).

Por isso mesmo que, existir, é um conceito dinâmico. Implica numa dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com o mundo. Do homem com o seu Criador. É essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas, que o faz histórico (FREIRE, 1967, p. 59).

REFERÊNCIAS

- ANDALÓ, Carmem Silvia de Arruda. O papel do psicólogo escolar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 43-46, 1984. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de dez. de 2018.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.
- BLEGER, J. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artmed, 1984.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estud. Psicol.**, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de dez. de 2018.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS**. 2 ed. Brasília: CFP, 2008.
- CUNHA, Beatriz Belluzzo Brando; BETINI, Gilmar. Psicologia e educação no contexto das secretarias municipais: algumas contribuições para novas práticas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 42-49, 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 de dez. de 2018.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GUZZO, R. S. L. Escola Amordaçada: Compromisso do psicólogo com este contexto. In: MATÍNEZ, A. M. (org.) **Psicologia Escolar e Compromisso social: novos discursos, novas práticas**. Campinas: Editora Alínea, 2005.
- GUZZO, Raquel Sousa Lobo; MEZZARILA, Adinete Sousa da Costa; MOREIRA, Ana Paula Gomes. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 2, 2012, p. 329-338. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 de dez. de 2018.

MALUF, M. R.; CRUCES, A. V. V. Psicologia educacional na contemporaneidade. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, v. 28, n. 1, p. 87-99, 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2008000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de dez. de 2018.

MARTÍNEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**. Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, 2010. Disponível em: < <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1634/1606>>. Acesso em: 05 de dez. de 2018.

MATÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de dez. de 2018.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 648-663, 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de dez. de 2018.

PATTO, Maria Helena Souza. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 107-121, 1992. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de dez. de 2018.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, v. 13, n. 1, 2009, p. 179-182. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.